

Sarney: "Decisão de justiça"

por Edson Beú
de Brasília

"A presença de Ulysses Guimarães é uma garantia de patriotismo, dedicação e coragem a serviço de fazermos uma grande Constituição para o Brasil moderno e capaz de balizar juridicamente os nossos caminhos", assim se pronunciou o presidente José Sarney, referindo-se à reeleição do deputado do PMDB paulista à presidência da Câmara dos Deputados, ocorrida ontem.

O chefe de governo considerou o resultado do plenário "uma decisão de justiça", acentuando que "Ulysses Guimarães é um dos brasileiros mais ilustres da história política brasileira, com grandes serviços prestados ao País".

A decisão de eleger os membros da mesa da Câmara já era esperada pelo presidente da República, apesar de toda polêmica, segundo revelou o ministro da Justiça, Paulo Brossard, após despachar com Sarney. Na opinião do ministro, os deputados tomaram "uma decisão correta", seguindo o exemplo dado pelos senadores no dia anterior, conforme observou. No seu entendimento, as funções constituintes e legislativas são perfeitamente conciliáveis, não se justificando a tese da assembléia exclusiva, pregada à última hora por uma facção do PMDB e outros partidos. "Não existe nenhuma incompatibilidade entre uma coisa e outra", disse o ministro. Por isso, "o presidente tinha

certeza de que os deputados iriam encontrar a melhor alternativa", acrescentou Brossard.

A obediência ao regimento interno das duas casas do Congresso Nacional, que já tinha resultado na eleição de Humberto Lucena (PMDB-PB) para a presidência do Senado Federal, era também a melhor alternativa" para o Executivo, conforme ficou transparente nas palavras do ministro da Justiça. Por isso, não foi por mero acaso que o presidente da República, em seu discurso de sábado à noite, manifestou publicamente seu desejo de governar junto com o Congresso Nacional, isto é, com a Câmara e o Senado legislando ordinariamente. Um de seus assessores mais diretos confirmou que o presidente, na ocasião, procurou "dar um recado bem claro, para ser entendido pelos deputados do PMDB".

Ontem, o ministro Brossard admitiu a possibilidade de o Executivo influenciar nos trabalhos da Constituinte. O titular da Justiça lembrou que o presidente Sarney governa o País apoiado por dois partidos — PMDB e PFL, expressivamente majoritários no Congresso Nacional. Nessa condição, segundo explicou, os interesses do Executivo poderão ser facilmente permeabilizados para a Constituinte via bancadas aliancistas. "Seria falta de realismo dizer que a Assembléia Nacional Constituinte vai funcionar como uma espécie de convento" — ironizou o ministro.